

SENTIDO HUMANO E CRISTÃO DA ECONOMIA

JACY DE SOUZA MENDONÇA

A solução do problema econômico da mais racional utilização da raridade, difícil em si mesmo, é dificultada ainda mais pelo choque dos sistemas e dos interesses. Entretanto, o empenho em resolver o problema não pode levar a absolutizar o econômico, e fazer esquecer que, para o Cristianismo, o econômico é meio, o homem é centro e Deus é fim que se atinge no amor.

EM nossa época, gravíssimos problemas cabe à Economia solucionar. Grandes e pequenas empresas nela buscam bases de um futuro produtivo; as famílias, acossadas pela voracidade da inflação, socorrem-se, empiricamente, de seus princípios, orientando-se, a fim de não se desintegrarem, estupefatas, em face das previsões assustadoras de um amanhã, no qual não sabem se subsistirão. Na macro-economia, esforços sôbre-humanos são exigidos para vencer intrincados problemas relativos à condução da coisa pública. Este panorama atual supervaloriza a Economia e torna os que a estudam profundamente responsáveis pelos destinos do homem.

Melhor examinando, percebe-se que a importância da Economia diz com a natureza de seu objeto — os valores econômicos. O homem está num cosmo onde exerce indiscutível reinado. Domina as coisas. Altera-lhes a forma original. Atribui-lhes finalidades estranhas àquelas que essen-

cialmente as marcavam, para que elas o sirvam. Tôda a natureza está a seu serviço, de modo mais ou menos evidente. É preciso apenas transformá-la, dirigi-la pela ação inteligente. É na adição do trabalho à natureza, surgem os bens econômicos. Mas a descoberta da possível utilidade das coisas e a modelagem delas pelo esforço humano é penosa; daí que êstes bens sejam em número limitado, raros. É a raridade vai determinar a tensão social que faz mais importante a Economia. Como proceder, para que todos disponham dos valores econômicos, de modo a poderem realizar plenamente sua natureza de homens? Tantos os habitantes da terra! Tão escassa a natureza transformada, apta a servi-los!

Está aí a gênese do problema que, na ordem individual, faz de uns pródigos e de outros esqualidos mendigos. Os homens nem sempre são suficientemente inteligentes para descobrirem a utilidade dos seres; nem sempre bastante hábeis no transformá-los e pô-los a seu serviço; e o mais das vêzes carecem de caridade na partilha dos benefícios e sacrifícios que a posse ou a carência dêles determina.

Na vida pública, os desacertos da divisão determinam o surgimento de sistemas políticos conflitantes, preconizadores de variados modos de efetua-la. Para uns, deve-se vincular as coisas às individualidades, de modo absoluto e exclusivo; para outros, a vinculação deve ser feita à coletividade, na qual os homens se integram. O simplismo das soluções não liquida o problema, antes o agrava. Feita a distribuição por critérios individuais, corre-se o risco de cumular alguns de bens excessivos em detrimento de outros, criando distintas classes, com nefastas decorrências: os bem aquinhoados, sem qualquer culpa, têm a vida facilitada, educam-se e, em consequência, assumem o comando dos demais; os desprotegidos vivem como que por milagre, fazem voto de ignorância e submissão. Dêste desnível, surgem desajustes emocionais, recalques coletivos, santas discórdias. A entrega das coisas à coletividade, no entanto, não só não evita tais situações como ainda cria dificuldades maiores. A coletividade é dirigida por alguns homens e a êstes fica, pois, o poder de distribuir. Nova classe surge;

mais poderosa, mais opressora, porque indeterminada, monstruosamente impessoal — em nome do Estado, tudo se faz lícito. Daí ao sacrifício da liberdade o passo é curto; não só da liberdade de ir e vir (que esta é até secundária), mas da liberdade de ser e pensar o que, em verdade, se é e pensa.

Há uns duzentos anos, jovens esperançosos pregaram e foram às ruas de França entoando hinos à liberdade. O sonho maravilhoso do homem livre os embriagava, a ponto de oferecerem-se em holocausto por êle. Mas a liberdade política, pela qual clamavam, não lhes deu o paraíso românticamente sonhado. Livres, permaneceram desiguais: desiguais na fruição dos bens, desiguais na cultura, desiguais no poder. Os jovens românticos de hoje não querem mais liberdade: querem igualdade, justiça social; querem forma de vida em que a todos sejam proporcionadas as mesmas oportunidades intelectuais, políticas e econômicas. E é tal o fascínio desta justiça igualitária, que em troca oferecem a mesma liberdade política que tantas vidas custou ao passado. Liberdade sem justiça ou justiça sem liberdade, pólos extremos de extremas soluções políticas propostas à distribuição dos bens pelos homens. Desnecessário sinalar o equívoco da radicalização: permanece franqueado o rumo da justiça com liberdade.

Mas, sem dúvida alguma, as necessidades econômicas devem ser atendidas, e com urgência máxima, porque tôda grandeza do homem se frustra se não dispõe de meios razoáveis de vida. Ao invés de cumprirem apenas as legislações dos mínimos salários-mínimos, elevados no exato momento em que o acréscimo se tornou insuficiente às necessidades básicas, e, mesmo assim, causa de despedidas em massa, não permitam as emprêsas a nenhum de seus integrantes perceber salários com os quais não possa alimentar a família, dar-lhe assistência médica, hospitalar e farmacêutica, educar-se e educá-la (e educação não é assinar a fôlha de votação ou soletrar a cartilha popular). Cumpre lembrar o que TIAGO escreveu aos cristãos: “Eia, pois, ó ricos! Chorai, gritai sôbre as desgraças que cairão sôbre vós! (. . .) O salário dos trabalhadores, que ceifaram os

vossos campos, e que foi defraudado por vós, clama, e o clamor dêles chegou aos ouvidos do Senhor dos Exércitos' (*Epístola*, V, 1-4).

Na ordem política, abandonem os governantes as obras gigantescas que deixam nome, como a construção de luxuosas cidades, o aformoseamento de avenidas e monumentos; é absolutamente indispensável sejam sustados êstes empreendimentos até que a todos sejam propiciadas habitação, saúde e alimentação condignas. Problema urgente, que deixa em plano muito inferior qualquer projeto, por mais rendoso em votos. Os inanes, os moradores das pontes, os maltrapilhos, não preenchem condições mínimas para viverem a dignidade de sua natureza, as delícias da família bem constituída, para servirem à comunidade e honrarem a Deus. Se a História registra entre êles almas geniais, heróicas e santas, é como exceção. Fartos de bens, não aumentariam a galeria dos heróis? Não lucraria a humanidade com a obra dos gênios prematuramente mortos à míngua? E não estarão sendo furtadas aos céus almas que se plenificariam, não tivessem sido compelidas a lutar exclusivamente contra a miséria?

Importante e urgente a satisfação das necessidades humanas pelos bens úteis. Mas nem só dêles vive o homem. A absolutização do econômico é fonte dos extremismos no conflito social. Equaciona-se o problema, não pela colocação da questão econômica entre seus dados, mas pela redução de tôda problemática exclusivamente ao mundo da Economia. A tal ponto que o homem de nossos dias se caracteriza, em geral, por ter na riqueza seu supremo ideal: amontoa bens e continua a querer amontoá-los indefinidamente, sem outro objetivo senão acumular riqueza. Deseja ter coisas (apetite insaciável). Mas o vazio de nossa alma é inespacial e intemporal; não podem enchê-lo os bens do tempo e do espaço. Repleto do bem-estar que a mais aperfeiçoada técnica proporciona, perdura a insatisfação das coisas. . . Novos inventos só trazem passageira tranqüilidade.

É o resultado de pôr-se os bens úteis como fins, quando são apenas meios a serviço dos autênticos fins da natureza humana; quando são instrumentos (indispensáveis,

embora) para que o homem atenda suas exigências de ser vivo, inteligente, artista e santo; destinam-se a saciar necessidades primárias, a fim de que as aptidões espirituais possam ser atualizadas no plano da ciência, da arte, da moral e da religião. O atendimento, em primeiríssimo lugar, das exigências vitais, serve, tão-sòmente, como caminho para a fruição da bondade, da justiça, da verdade, da beleza e da santidade. Fim do homem não são as coisas. É alimentar a inteligência nos mistérios do ser, até atirá-la no mistério infinito do ser infinito; é extasiar-se na contemplação da intimidade estética do ser, dialogando com êle na linguagem maravilhosa da poesia, culminando no absoluto inefável do Absoluto; é sacrificar o bem-estar próprio, por amor ao outro e ao supremo Outro. Fim do homem não são os bens. É o Bem, no qual todos os valôres se compreendem.

E porque os bens econômicos se inscrevam na trajetória que vai do homem a Deus é que a mensagem cristã abrange também as relações econômicas e políticas. Certo, contudo, o cristianismo não se destina essencialmente, imediatamente, a orientá-las. Ao contrário do que já escreveu um pensador católico (GUTIÉRREZ, *Jus Naturae*, Madrid, 1954, pág. 375), se SÃO PAULO retornasse ao mundo não seria líder operário, mas pregaria outra vez aos gentios; SÃO TOMÁS DE AQUINO continuaria ensinando Teologia, sem trocá-la pela Economia Política; e SÃO FRANCISCO DE SALES não fundaria sindicatos, mas retomaria sua pregação pela conversão de todos os pecadores.

A orientação política e econômica do cristianismo é, pois, indireta, enquanto reveladora da necessidade de o homem não se absolutizar nem absolutizar as coisas, mas de servir como traço de união entre as criaturas e seu Criador. Por êle e nêle a maravilha do Universo retorna às mãos de Deus, como em Cristo e por Cristo tudo se religou ao Pai. Não somos anjos — usamos a natureza para nos aperfeiçoarmos; mas sem nos escravismos a ela, pois também não somos brutos. E por estarmos todos destinados à beatitude, implica o cristianismo na retificação das relações humanas que têm por objeto a indispensável fruição da natureza, visando a que todos disponham dos meios mate-

riais necessários à santificação. Daí as palavras candentes de MICHEL VILLEY, no prefácio à publicação dos trabalhos do colóquio internacional de juristas e teólogos sobre "A Revelação Cristã e o Direito": "Podemos dizer-nos cristãos e admitir que o trabalho permaneça retribuído com salários de miséria? Que uma legislação social não dê remédios às enfermidades dos operários e de seus filhos? Que milhares de famintos morram pelo mundo? Que a dignidade de povos inteiros permaneça ferida por restos de colonialismo? A caridade não se contenta mais com o simulacro irrisório da esmola individual, ela se exerce por meio do Direito; ela é "política", na expressão de PIO XII" (Anais da Faculdade de Direito de Strasburg, 1961, pág. 7).

A especificidade do cristianismo, em matéria econômica, está em que, enquanto os sistemas de índole materialista se voltam inteiramente à produção da riqueza, pondo-a como centro e fim da planificação, no cristianismo o centro é o homem e Deus o fim. O mundo e suas delícias é valorizado, sem ser deificado; é o caminho, rumo ao supremo fim. E o cristianismo não dispõe de programa econômico ou político, embora partidos façam questão de se afirmarem seguidores de seu programa; não propõe soluções concretas e fórmulas precisas de tratamento da questão social. Por isso, pouco se crê nele, e as ações políticas se dão como se Deus não existisse, não se interessasse por nós, ou, ao menos, como se nós não precisássemos preocupar-nos com Ele em matéria social. . .

Em verdade, porém, tudo se transforma quando as relações humanas são vividas com amor cristão. "*Dilige, et quod vis fac*" — ama e faz o que quiseres, diz SANTO AGOSTINHO (Ep. Jo., VII, 8). Amar ao próximo é o melhor alicerce de uma estrutura econômica. Tragicamente, a inteligência aceita o mandamento do amor como indiscutível verdade, mas pouquíssimos samaritanos realmente amam o publicano. Evidência para a inteligência, não se transforma em itinerário de vida, de modo que a mensagem cristã passa como inexistente ou destinada a livros sagrados e sermões dominicais, e o cristianismo é acusado de não haver transformado a sociedade. É que o Evangelho

não dispõe de coação — não dispõe nem deve dispor. O amor, que é seu conteúdo, é como a flor do Pequeno Príncipe, nascida no asteróide de nossa intimidade, trazida não se sabe por quem e não se sabe donde. Ninguém pode ser obrigado a amar ao próximo. Ama, e nada mais.

Os homens amam pouco porque têm pouca fé. Por isso não vivem o cristianismo: acusam-no os ricos de proteger os pobres, prometendo-lhes o céu com exclusividade; e os pobres o apontam como cúmplice das fortunas. O fato é que a maioria não vive segundo a fé; é da moda o laicismo, o anticlericalismo, o descaso por Deus. Os homens não se amam — utilizam-se.

Então, as relações sociais, não estruturadas pelo amor, são modeladas pelo ódio: reivindicações de grupos, lutas de classes, revoluções, disputas internacionais. . . A distribuição dos bens econômicos, não processada espontânea, natural e amorosamente, é imperada sob as tiranias, à sombra das prisões, das geleiras e paredões, e aí deformada pelo desafeto. Por isso, porque falta amor e para que não predomine o ódio, é necessário dirigir a economia. Intervêm o Direito e a Política.

A relação econômica supõe relação jurídica básica, estabelecida sobre a propriedade da natureza modelável, assim como relação jurídica no trabalho produtor, na distribuição e no consumo. É o fundamento jurídico do processo econômico. Devem, pois, os legisladores, na ordem positiva, deliberar sobre a forma da propriedade, a estrutura da empresa, a distribuição do produto e seu preço, — para lembrar apenas os aspectos mais significativos da regulamentação. Problemas cruciantes: qual a concepção da propriedade conveniente à economia: privada, ou estatal? Serve a mesma regulamentação à propriedade das matérias-primas, dos bens de produção, dos de consumo, das coisas móveis e imóveis? Deve a empresa funcionar ao estímulo do lucro para o capital e ao desestímulo dos salários-mínimos ao trabalho? Ou seus frutos devem ser partilhados em condições iguais ou assemelhadas, como já em 1931 recomendavam os Bispos de França em pastoral coletiva sobre matéria social (A.A.S., trad. francesa, ano XXIII, pág. 200)? Reduzido o interesse

do lucro, diminuído o estímulo particular pela empresa, deve o Estado substituir a iniciativa privada? Como? Deve-se permitir ao produtor a colocação dos bens onde lhe convenha, ou obrigá-lo a deixá-los onde sejam mais necessários? E o preço, deve ficar ao critério (ou à falta de critério) do produtor e intermediários, ou deve ser tabelado? Mas o tabelamento não é contraditório, pois que necessário apenas em períodos inflacionários, quando a mutabilidade da moeda exatamente determina a variabilidade do preço, a fim de que não se torne inferior ao custo?

Como se não bastasse a gravidade intrínseca destes problemas, agrava-se a regulamentação jurídico-positiva do mecanismo econômico pela circunstância de os legisladores serem simultaneamente políticos, necessitarem periodicamente de votos, trabalharem preocupados com a simpatia dos eleitores e da imprensa, facilmente suscetíveis às sugestões dos grupos interessados. Em consequência, a lei, que deveria traçar o comportamento dos participantes da relação econômica, tem sido imposta aos legisladores por seus destinatários, tecnicamente organizados em grupos de pressão. Resultado, são normas contraditórias, atendendo, sucessivamente, aos interesses das facções antagônicas; e buscando, nas concessões parciais, manter falso equilíbrio, protelatório da explosão dos ódios mal contidos.

E esta meditação parece culminar, extenuada, na prostração de um pessimismo suicida: necessário regular o processo econômico pelo Direito e a Política, deles não temos colhido resultados satisfatórios. A edição da lei pelas tiranias degenera em preocupação exclusiva com interesses particulares dos governantes; e as democracias se amoldam às pressões interesseiras dos aglomerados eleitorais.

Entre o pessimismo mórbido e um otimismo comodista, resta-nos o "otimismo trágico" de que fala MOUNIER, no qual o homem, irremediavelmente lançado na luta, extrai da própria tragédia a orientação do agir. E a solução há de ser buscada nas reformas de base. A primeira reforma vai às estruturas da alma, batizando-a no amor; é a mais absoluta e mais difícil de todas. Propõe-se seu líder transformar a cidade dos homens no reino de Deus pela aplicação de um

programa mínimo de uma frase: "amai-vos uns aos outros". Sob esta liderança, a Igreja, que não é partido político, usando os Evangelhos, que não são manifesto revolucionário ou ordem guerreira, é capaz de operar na História a mais radical transformação.

Não vai nisto a sugestão de esperarmos, passiva e cômodamente, pela milagrosa condução providencial dos acontecimentos, confiantes em que seremos levados pelos caminhos adequados, graças tão-sòmente à nossa fé e às nossas preces. No milagre do ato criador, fêz-nos Deus inteligentes, a fim de que pela inteligência nos realizássemos. Temos uma razão apta a descobrir as regras justas que devem presidir às relações humanas sôbre as coisas. Jogados no drama do existir, vivendo as contradições de nossa situação existencial, suportando os conflitos de nossa contingência, cabe-nos ressurgir das misérias e dos erros, pela sabedoria. O panorama dos distúrbios sociais (manifestações do ódio humano, demonstrações de nossa falta de caridade, como dissemos) não é motivo para desespero ou desestímulo. Serve para revelar-nos que a reforma de nossa alma não se completou; que o atendimento das necessidades vitais de nosso próximo, através de uma reforma econômica indispensável, integra nosso aperfeiçoamento pessoal. O material das desinteligências é alimento da razão na descoberta da verdade da relação econômica. Quantas leis, realmente justas, são descobertas apenas ao clamor daqueles que delas necessitam . . . São as manifestações de ódios revelando nossa falta de caridade, servindo à reforma das consciências.

Ponhamos nossa inteligência, impulsionada pelo amor, a serviço das necessidades do outro, e modelaremos cristãmente a economia, com Justiça e Liberdade, vivendo como irmãos.